

Amazônia: a sociedade e o Congresso

Roberto Smeraldi

A decisão dos líderes do Congresso cancelando o voto sobre a proposta da Comissão Mista do Congresso de modificação ao Código Florestal é a reação de última hora frente a uma pressão sem precedentes da sociedade. A comissão, dominada por representantes do lobby ruralista, aprovava uma nova tentativa de repassar os problemas do setor rural para o resto dos contribuintes e o conjunto do país. Assim como as periódicas campanhas para o perdão da dívida agrária, a iniciativa visava obter o perdão da pesada dívida ambiental acumulada pelo setor agropecuário. Em vez de se preocupar com a crônica ineficiência na ocupação dos solos amazônicos e com taxas de produtividade abaixo de qualquer padrão aceitável no mundo, alguns políticos acharam mais fácil e conveniente reproduzir o desastre econômico em novas áreas. Para tanto, solicitaram que novos recursos florestais — estratégicos para o desenvolvimento do país — fossem derrubados e queimados.

O paradoxo econômico que está atrás desse raciocínio, isto é, responder ao fracasso de um modelo tentando expandi-lo, chama a atenção ainda mais do paradoxo social (repassar o prejuízo para o resto do país) e ambiental (desperdiçar a biodiver-

sidade única das florestas e dos cerrados brasileiros) que o caracterizam.

Hoje, na Amazônia, a agropecuária já converteu mais de 600 mil quilômetros quadrados de florestas para um uso supostamente produtivo, além de outros 165 mil que estão abandonados. 77% do território "produtivo" são ocupados por uma pecuária extensiva que, em aproximadamente 200 mil quilômetros quadrados, alcança uma produtividade de apenas meia cabeça por hectare. Em suma, sem desmatar um hectare a mais, teríamos praticamente uma França inteira (400 mil quilômetros quadrados) para desenvolver uma atividade agrícola intensificada, em benefício da região e do país. Mas os investimentos em tecnologia, insumos, pasto, treinamento, extensão, infra-estrutura, adaptação do crédito, indústria de beneficiamento e aspectos sociais que seriam necessários para tanto não constituem a prioridade dos políticos que pretendem representar o setor rural. É bem mais fácil destruir novas florestas.

Chama a atenção, no âmbito desse raciocínio paradoxal, a falta de consideração por questões econômicas básicas: enquanto a pecuária amazônica oferece hoje taxas de retorno de

apenas 4% ao ano (inferiores à da poupança e que não chegam a um terço daquelas do Sudeste), a mais recente pesquisa do Instituto do Homem e Meio Ambiente na Amazônia (Imazon) mostra que a atividade de manejo florestal sustentável pode alcançar, na Amazônia, invejáveis 33%.

Todos sabemos que, com a cumplicidade de uma fiscalização amplamente corrupta e ineficiente, quase ninguém respeita as normas que dizem respeito à manutenção da reserva legal nas propriedades amazônicas. A proposta aprovada pela comissão apenas tendia a "regularizar" a atividade ilegal que hoje prevalece, visando a um novo "perdão" pela situação de fato.

O outro paradoxo da proposta era o uso impróprio do zoneamento ecológico-econômico — em vez de instrumento de adaptação da norma à vocação de cada região — como ferramenta para desmatar ainda mais. Faria, sim, sentido concentrar e intensificar a atividade agropecuária nas áreas com precipitação abaixo de 1.800mm/ano (aproximadamente 17% da região), mas isso seria um absurdo nas áreas com chuvas mais intensas, especialmente aqueles 45% da região que passam de 2.200mm/ano. Sempre defendemos que regras iguais para a Amazônia como

um todo acabam apenas estimulando a desmoralização da norma. Mas nesse caso se pretendia usar a flexibilização em um sentido só.

Nos últimos dias, reação duríssima dos setores mais diversos da sociedade, articulados pela Internet ou pela rádio-cipó, mostrou aos políticos que a decisão das lideranças ruralistas parecia vir de um outro Brasil, um Brasil que desconhecia a importância de seus recursos naturais e que aceitava sem um piscar de olho socializar os prejuízos de modelos temerários de colonização. A sociedade brasileira não está mais disposta em aceitar isso tudo. Portanto o governo não teve como fazer vista grossa e o plenário não poderá ratificar o que saiu da comissão mista. A indignação que surgiu no país inteiro pode agora ser transformada numa oportunidade para discutir condições de desenvolvimento sustentável para a região amazônica — começando pela própria agropecuária — incluindo manejo florestal sustentável, uso da biodiversidade, pesca e turismo. Cabe aos líderes partidários interpretar esse recado, a partir da composição da nova comissão mista.

■ Roberto Smeraldi, jornalista, é diretor da ONG Amigos da Terra — Amazônia Brasileira

Fonte	AMBIENTAL
Data	19/5/2000
Class.	86
pg	23
Documentação	CB